Ecologia *versus* Capitalismo: dilemas do governo Rafael Correa no Equador

Fabio Luis Barbosa dos Santos

Doutorando em História pela Universidade de São Paulo (USP) e professor de História na Universidade de Guarulhos (UNG).

Ecologia versus Capitalismo: dilemas do governo Rafael Correa no Equador
Este trabalho analisa as determinações gerais em que se inscreve o debate político no Equador contemporâneo, que revelam de forma concentrada os dilemas comuns ao destino da América Latina no século XXI. De um lado, os desafios enfrentados por uma acanhada economia exportadora primária, baseada na exploração de petróleo para superar a dependência, são agravados pela ausência de uma moeda nacional desde a dolarização em 2000, projetando em um esquadro continental o problema da soberania nacional. De outro, o legado socialmente desintegrador e ambientalmente devastador da efêmera riqueza petroleira dos anos 1970 está na raiz de uma aguda sensibilidade para a renovada exploração de recursos naturais no presente, onde a resistência indígena e camponesa soma-se ao argumento ambientalista na pressão por um modelo de desenvolvimento alternativo. A convergência entre os desafios de soberania, desenvolvimento econômico e ecologia pressionam por um padrão civilizatório alternativo, cristalizado na noção de raiz aborigene do *Sumak Kawsay* ou "buen vivir", consagrada na Constituição aprovada em 2007. Os conflitos colocados pela afirmação deste princípio e o simultâneo aprofundamento da exploração mineral estão na raiz das contradições vividas pelo governo Rafael Correa desde a sua eleição em 2006.
Palavras-chave: Equador; Revolução Cidadã; Desenvolvimento econômico; Ecologia

Ecology versus Capitalism: dilemmas of Rafael Correa's government in Ecuador
This paper analyzes the overall determinations that fit the contemporary political debate in Ecuador, which reveals in concentrated form the common dilemmas in the future of Latin America in the XXI century. On the one hand, the challenges faced by a narrow primary export economy, based on the exploitation of oil to overcome its dependency are compounded by the absence of a national currency since the dollarization in 2000, projecting the problem of national sovereignty on a continental scale. Other hand, the legacy socially disintegrative and environmentally devastating of the short-lived oil wealth of the years 1970 is in the root of an acute sensibility for the renewed exploitation of natural resources at present, where the indigenous and peasant resistance adds to the environmentalist argument in pushing for an alternative development model. The convergence between the challenges of sovereignty, economic development and ecology are pushing for an alternative standard of civilization, crystallized in the aboriginal notion of the *Sumak Kawsay* or "buen vivir", consecrated in the Constitution adopted in 2007. The conflict posed by the statement of this principle and the simultaneous deepening of mineral exploration lie at the root of the contradictions experienced by Rafael Correa government since his election in 2006.
Keywords: Ecuador; Citizen Revolution; Economic development; Ecology

As propagandas do Equador como destino turístico realçam a impressionante diversidade de paisagens concentrada em um pequeno país. Um território menor do que o estado do Rio Grande do Sul é atravessado pela Cordilheira dos Andes pontuando a paisagem de picos nevados e vulcões que separam a Amazônia no oriente da costa do oceano Pacífico, onde está localizado o santuário ecológico de Galápagos, atrativo turístico de apelo mundial. Se no plano geográfico salienta-se a diversidade de paisagens reunidas em um espaço diminuto, a análise da conjuntura revela uma analogia no plano político, onde a natureza dos problemas concentrados no país expressa através de uma situação paroxística os dilemas comuns ao destino da América Latina no século XXI.

De um lado, os desafios enfrentados por uma acanhada economia exportadora primária, baseada na exploração de petróleo para superar a dependência são agravados pela ausência de moeda nacional desde a dolarização no ano 2000, projetando em um esquadro continental o problema da soberania nacional. De outro, o legado socialmente desintegrador e ambientalmente devastador da efêmera riqueza petroleira dos anos 1970 está na raiz de uma aguda sensibilidade para a renovada exploração de recursos naturais no presente, onde a resistência indígena e camponesa soma-se ao argumento ambientalista na pressão por um modelo de desenvolvimento alternativo. A convergência entre os desafios de soberania, desenvolvimento econômico e ecologia pressionam por um padrão civilizatório alternativo

cristalizado na noção de raiz aborígene do *Sumak Kawsay* ou "buen vivir", consagrada na Constituição aprovada em 2007. Os conflitos colocados pela afirmação deste princípio e o simultâneo aprofundamento da exploração mineral estão na raiz das contradições vividas pelo governo Rafael Correa.

Para analisá-las adequadamente, o texto realizará três movimentos. Após uma breve introdução à história da economia equatoriana no século XX, abordaremos a crise desencadeada nos anos 1980 e suas consequências políticas, antecedentes necessários para compreender a recente eleição de Correa. Exporemos a seguir os dilemas enfrentados pela *Revolución Ciudadana* apregoada pelo governo, que se evidenciam em toda a sua extensão na negociação da iniciativa *Yasuní ITT* em curso.

Introdução à formação equatoriana

A geografia acidentada do território equatoriano contribuiu para obstar a integração nacional do país, que desde a independência enfrentou obstáculos internos e externos para se consolidar. No plano internacional, as fronteiras equatorianas foram motivo de recorrente assédio de seus vizinhos maiores, Peru e Colômbia, que se materializou em diversos confrontos armados principalmente com o primeiro, resultando em perda territorial significativa. No plano interior, a inserção do país no mercado mundial como exportador primário, sobretudo de cacau, a partir de meados do século XIX, aguçou as disparidades regionais. A oposição entre os interesses de uma burguesia comercial e financeira apoiada no dinamismo exportador da costa sediada em Guayaquil, e uma oligarquia serrana assentada na propriedade fundiária e na exploração da mão de obra indígena em Quito, expressou-se em conflitos de matiz regionalista, que, por vezes, deram o colorido ideológico a disputas localizadas de poder.

A vulnerabilidade aos fluxos do mercado mundial e uma correspondente instabilidade política caracterizaram a história equatoriana

já nas primeiras décadas do século XX. A queda nos preços internacionais do cacau diante da concorrência africana, somada a pragas que afetaram a produção local e aos efeitos da crise de 1929, mergulharam o país em um período de estagnação econômica e alternância política: entre a "revolução Juliana" em 1925 e a presidência de Galo Plaza em 1952 houve vinte e seis variações de mandatários e regimes. A ascensão da exportação de banana a partir dos anos 1950 arrancou o país da letargia econômica nos marcos da exportação primária, favorecendo um apaziguamento político. A inédita sucessão de três presidentes constitucionais foi rompida com a derrubada do presidente Velasco Ibarra e de seu sucessor através de um golpe militar apoiado pelos Estados Unidos no contexto de triunfo da Revolução Cubana. Cinco vezes presidente da república, Ibarra foi eleito presidente pela última vez em 1968 e novamente não concluiu seu mandato, interrompido por outro golpe militar em 1972, no momento em que iniciava-se a exploração petroleira em grande escala no país.[1]

A extração de petróleo no Equador recebeu um impulso decisivo a partir da alta dos preços internacionais desencadeada pela guerra do Yom Kippur em 1973, que tornou o investimento no país uma alternativa atrativa. Embora o Equador nunca tenha sido um dos maiores produtores mundiais, a dimensão relativa do negócio petroleiro teve um impacto extraordinário na economia nacional, que pode ser avaliado por algumas cifras: a exportação total do país cresceu de menos de 190 milhões de dólares em 1970 para 2 bilhões e meio em 1981, um aumento de mais de treze vezes. Neste período, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu a uma taxa média anual de 8%, enquanto a taxa média de expansão da indústria foi de 10%, e o PIB *per capita* aumentou de 260 para 1.668 dólares (Acosta, 2006, p. 117).

No entanto, a afluência dos recursos petroleiros foi efêmera e deixou um passivo financeiro e ambiental devastador.[2] No plano eco-

[1] Para uma revisão do debate sobre Velasco Ibarra ver Maiguhasca (1991).

[2] O petróleo equatoriano concentra-se na região amazônica e a sua exploração causou danos ambientais incalculáveis. Em 1993, indígenas e colonos da

nômico, as veleidades nacionalistas dos militares se traduziram em investimentos em infraestrutura e desenvolvimento industrial a partir do Estado, mantendo intocado um padrão de concentração de renda que alimentou o crescimento do consumo de bens de luxo baseado em importações.

> A bonança motivada pelo petróleo, trazendo a maior quantidade de divisas já recebida pelo país até aquele momento, surgida de forma maciça e relativamente inesperada, acumulou-se sobre as estruturas existentes e reproduziu, em maior escala, grande parte das antigas diferenças sociais e econômicas. O salto quantitativo levou o Equador a outro nível de crescimento econômico mas, como não houve uma transformação qualitativa correspondente, em pouco tempo se cristalizou no mito do desenvolvimento (*idem, ibidem*).

Em um contexto internacional de ampla disponibilidade de capitais, a renda petroleira afiançou uma escalada vertiginosa do endividamento externo: o valor da dívida equatoriana multiplicou-se em quase 22 vezes entre 1971 e 1981, passando de 206,8 milhões de dólares para 5,868 bilhões, o que significou passar de 16% para 42% do PIB. Visto de outro ângulo, o serviço da dívida que comprometia 15 de cada 100 dólares exportados em 1971, passou para a proporção de 71% em dez anos.

A eclosão da crise da dívida a partir do México em 1982, somada à drástica queda no preço do petróleo nos anos seguintes evidenciou novamente a vulnerabilidade da economia do país. Neste contexto, o estado equatoriano foi constrangido a ceder progressivamente sua

---

Amazônia entraram com uma demanda judicial contra a Chevron-Texaco, principal multinacional atuante na área durante 28 anos (entre 1964 e 1992). A indenização estimada pelo perito nomeado pela Corte alcança 27 bilhões de dólares. A ação ainda tramita, mas a visibilidade do processo alcunhado por alguns como "el juicio del siglo" tem importante papel na projeção política da questão ecológica no país. Ver Acosta (2009A).

participação no negócio petroleiro nos marcos da implementação de políticas neoliberais no país, cujo impacto social desastroso provocou intensas revoltas populares.

Contexto da ascensão de Correa

A economia equatoriana, entre a crise da dívida e a dolarização, foi marcada pela estagnação em um contexto onde a grave situação causada pela mudança nos fluxos do crédito internacional somou-se à queda nos preços internacionais do petróleo. A posição débil do país frente às exigências do capital financeiro forçou a adoção progressiva de políticas neoliberais, a despeito da filiação política diversa dos presidentes eleitos. A estreita margem de manobra para gerenciar a crise nos marcos impostos pelos organismos internacionais está na raiz do desgaste sofrido pelos sucessivos governantes, evidenciado pela constatação de que desde a saída dos militares do governo em 1979 nenhum presidente elegeu o seu sucessor. A decorrência deste processo foi o descrédito massivo dos partidos políticos convencionais, agravado por graves escândalos de corrupção que se abateram sobre mais de um governo, gerando o ambiente favorável para a afirmação da candidatura de Correa, em 2006, contra a chamada "partidocracia".

As consequências sociais do enfrentamento da estagnação econômica através de medidas neoliberais foram devastadoras, e seu efeito sobre o conjunto das forças populares foi heterogêneo. O movimento operário enfrentou um severo descenso no número de filiados que incidiu na sua combatividade, reflexo do desemprego e da precarização das relações de trabalho. Neste cenário, as organizações indígenas que confluíram na formação da Conferacíon de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador (Conaie), em 1986, assumiram o protagonismo das lutas populares: em 1990 lideraram um levante de impacto nacional, cinco anos mais tarde organizam um partido político próprio (*Pachakutik*), e dois anos depois tiveram um papel central na derrubada do presidente Abdala Bucaram. A degradação das condições de vida do

trabalhador que fermentou a ascensão do protesto social evidencia-se em dois dados: o poder de compra do salário real reduziu-se em quase um quarto entre 1980 e 2000, enquanto no mesmo período o montante da remessa de emigrantes trabalhando no exterior que era inferior a 1% do PIB saltou para 7,8%, convertendo-se na principal fonte de divisas do país depois do petróleo (*idem*, p. 286 e 289).

As dificuldades econômicas relacionadas ao endividamento e à queda nos preços do petróleo foram agravadas por um novo conflito militar com o Peru em 1995 e a devastação natural trazida pelo *El Niño* nos anos 1997-1999, de modo que após quase dois decênios de estagnação a crise chegou ao cume em 1999, ano em que o PIB do país caiu 7,3% contabilizado em sucres constantes, e o PIB *per capita* se reduziu em quase 32%, passando de 1.619 a 1.109 dólares. Nestes anos, o país sofreu o empobrecimento mais acelerado da história da América Latina, segundo a Unicef: o número de pobres aumentou de 3,9 para 9,1 milhões, saltando de 34% a 71% da população, enquanto dobraram os atingidos pela pobreza extrema, passando de 2,1 para 4,5 milhões – aumento de 12% a 31%. Esse processo foi acompanhado de uma maior concentração de renda, já que os 20% mais ricos aumentaram sua participação na riqueza de 52% para mais de 61%, enquanto a fatia dos 20% mais pobres decresceu de 4,6% para 2,5% (Correa, 2009, p. 65).

Nesta conjuntura de recessão, o governo de Jamil Mahuad optou por decretar abruptamente a dolarização da economia extinguindo o sucre como moeda nacional em janeiro de 2000, em um processo marcado pela imprevidência, falta de transparência e pela promiscuidade na relação com o setor financeiro (*idem, ibidem*). Longe de conjurar a crise, a medida acentuou o problema social provocando uma elevação no custo de vida em uma situação de ascendente desemprego, ao mesmo tempo em que ampliava enormemente a vulnerabilidade do país à dinâmica do capital internacional.

O impacto social da decisão materializou-se em dois sentidos. De um lado, verificou-se uma prodigiosa aceleração da emigração, expressão desesperada da busca de melhores condições de vida às custas de vínculos afetivos e culturais. Calcula-se que mais de um

milhão de pessoas deixou o país desde 2000, elevando o total de emigrados a cerca de 3 milhões segundo algumas estimativas, sobre uma população de quase 14 milhões de habitantes (Acosta; Olivares; Villamar, 2006).

De outro lado, a dolarização detonou uma vigorosa rebelião popular liderada pelo movimento indígena que granjeou a simpatia de um setor militar, levando à queda do presidente Mahuad em janeiro de 2000. O ensaio da aliança dissolveu-se quando o comandante militar traiu o compromisso assumido com as lideranças populares e entregou o governo ao vice-presidente, quem ratificou a dolarização. No entanto, nas eleições seguintes o conjunto do movimento social encabeçado pelas lideranças indígenas apoiou a candidatura do coronel Lucio Gutierrez, que despontara como uma liderança nacionalista radical no levante. Seu mandato revelou-se funesto para o movimento indígena, que saiu desmoralizado e dividido de sua breve participação em um mandato que também não foi concluído, assolado por denúncias de corrupção e entreguismo que rapidamente lhe opuseram ao campo popular.

É neste contexto que emergiu como figura política o economista Rafael Correa, ministro da Fazenda no mandato restante cumprido pelo vice de Gutierrez. Com um discurso crítico ao neoliberalismo e à "partidocracia", o jovem professor guayaquilenho triunfou nas urnas sem pertencer a um partido nem apoiar candidatos ao parlamento. Inspirado no caminho aberto por Chávez na Venezuela e seguido por Morales na Bolívia, Correa convocou uma assembleia para escrever a 20ª Constituição da história do país, recorrendo a uma combinação do manejo da mídia e das urnas para forjar em apenas 28 meses as condições de realização da autodenominada *Revolución Ciudadana*. A especificidade da situação equatoriana sintetiza o desafio venezuelano de superação da dependência petroleira e a necessidade boliviana de integração da população indígena, produzindo uma convergência das determinações econômicas e sociais do desenvolvimento que explicita os constrangimentos para a mudança nos marcos do capitalismo na América Latina.

Apesar das contundentes críticas à ingerência dos organismos multilaterais como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI) na política econômica dos países do continente, que incluem a dolarização equatoriana, o governo Correa não se propõe a reverter a medida. Em termos concretos, seu nacionalismo avalizou uma auditoria da dívida externa que encaminhou a revisão de parte dos contratos, e não renovou a cessão da base militar de Manta para o exército dos Estados Unidos, realizando uma promessa de campanha. De maneira similar a Chávez, o presidente equatoriano concentrou esforços em redirecionar a renda petroleira que servia principalmente ao pagamento de juros da dívida para o investimento em programas sociais e obras de infraestrutura. Esta política beneficiou-se de uma alta nos preços internacionais do petróleo, fazendo com que Correa dispusesse de recursos maiores do que todos os seus predecessores. Existe consenso entre os críticos da dolarização de que este é o principal de uma série de fatores conjunturais que tem sustentado provisoriamente a situação:

> A dolarização se manteve por fatores exógenos e não por méritos próprios. Recordemos o aporte das remessas, dos crescentes preços do petróleo, da bonança para muitas exportações, e do acesso ao credito externo barato por parte dos agentes econômicos privados. Além disso, seria preciso acrescentar o ingresso de dólares provenientes da "narcolavagem" e de outras atividades deliquentes, estimuladas pela própria dolarização (*idem*, p. 117).

Esta situação colocou o governo diante de um dilema: os recursos decorrentes da exploração do petróleo viabilizariam programas que afiançariam sua intenção social sem enfrentar os constrangimentos estruturais da sociedade equatoriana. Este benefício imediato ensejaria um ulterior investimento na extração do produto no momento em que estimativas indicam que as reservas do país já atingiram seu

pico e tendem a decrescer irreversivelmente, explicitando o caráter provisório do arranjo atual. Como decorrência, aflui uma contradição com a orientação extrativista da economia que se pretende superar nos marcos do preceito constitucional do *Sumak Kawsay*, traduzido como "buen vivir".[3]

Noção que remete às tradições indígenas de origem pré-colombiana, o "buen vivir" sugere um padrão de sociabilidade alternativo à mercantilização característica do capitalismo. Nas palavras de Pablo Dávalos: "expressa uma relação diferente entre os seres humanos e destes com o ambiente social e natural. O buen "vivir" incorpora uma dimensão humana, ética e holística à relação dos seres humanos tanto com sua história como com sua natureza" (DÁVALOS, 2008). Decorrência concreta desta incorporação é o reconhecimento constitucional de uma série de direitos dos povos indígenas nos marcos do estado plurinacional, comprometido com o Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e com a Declaração da ONU sobre os Direitos Indígenas. Essa garantia legal reflete a pressão das organizações sociais em um contexto onde a crescente presença das empresas mineradoras transnacionais no país intensificou os conflitos socioambientais. Nos anos anteriores à constituinte, a oposição dos moradores da região de Intag às atividades da mineradora Ascendant na cordilheira de Toisán converteu-se em um caso emblemático, seguido em 2006 da mobilização de múltiplos setores sociais que impediram a implantação de diversos

3 "A nova Constituição sustenta que o 'Regime de Desenvolvimento é o conjunto organizado, sustentável e dinâmico dos sistemas econômicos, políticos, sócio-culturais e ambientais, que garantem a realização do bem viver; o bem viver requer que as pessoas, comunidades, povos e nacionalidades gozem efetivamente de seus direitos e liberdades, e exerçam responsabilidades no marco do respeito a suas diversidades e a convivência harmoniosa com a natureza', afirmando, dessa maneira, o caráter holístico e integral deste processo de mudança pela vida" (BENALCÁZAR, 2008).

projetos de mineração a céu aberto, considerados unanimemente como os mais nocivos à ecologia no país.[4]

Promulgada em um momento de ascensão da pressão social, a Constituição consagrou uma série de mecanismos de proteção à natureza e ao modo de vida indígena que não se traduziram em uma negação da orientação extrativista da economia, mas desencadearam um processo marcado pela ambiguidade. Expressão desta ambivalência foi a Lei de Mineração, decretada no ano seguinte, que ignorou a noção do "buen vivir" e estabeleceu uma série de regras que contradizem a norma e o espírito da Constituição. Especificamente, essa Lei enuncia premissas legais que confundem ou atropelam a afirmação dos direitos coletivos afiançada pelo texto constitucional, violando o direito a consulta prévia, à consulta pré-legislativa e o direito a propriedade territorial das nacionalidades indígenas.

Neste contexto, recrudescem os conflitos entre os movimentos populares e o governo. Em particular, as organizações indígenas acusam Correa de ignorá-las como interlocutoras políticas legítimas, adotando posturas repressivas que visam acuar e desmobilizar o conjunto do movimento social. A prisão de lideranças da nacionalidade *shuar* em fevereiro de 2011, acusadas espuriamente de sabotagem e terrorismo, provocou indignação generalizada no campo popular. Atualmente as organizações indígenas Confederación de las Nacionalidades y Pueblos Indígenas del Ecuador (Conaie), Congreso de la Confederación de Pueblos de la Nacionalidad Kichwa del Ecuador (Ecuarunari), Confederación de Nacionalidades Indígenas de la Amazonia Ecuatoriana (Confeniae) e Confederación de Nacionalidades y Pueblos Indígenas de la Costa Ecuatoriana

[4] "No ano de 2006, a mobilização da Nacionalidade Shuar – ao norte da Cordilheira do Condor –, de setores camponeses mestiços, de comunidades Kichwa Saraguro – ao Sul dessa Cordilheira –, na bacia do rio Nangaritza, e dos governos locais da região, impediram o desenvolvimento das atividades de mineração em zonas onde se pretendia implantar projetos de mineração a céu aberto, como Tundayme, Warints, San Carlos, Panantza, entre outros" (Guaranda Mendoza, 2009).

(Conaice), reivindicam a anistia de quase duzentos perseguidos políticos, na sua visão processados por defender a vida e a *Pachamama* (Batista, 2010).

A contradição entre a pressão sobre os recursos naturais mediada pelo Estado e o preceito constitucional do *Sumak Kawsay* que tem marcado o governo Correa se expressa em todo o seu alcance na negociação da iniciativa *Yasuní ITT*. Em poucas palavras, esta proposta prevê manter inexplorado um potencial de 850 milhões de barris de petróleo que ocupa cerca de 200 mil hectares de floresta tropical no Parque Nacional Yasuní em troca de um aporte estimado em 350 milhões de dólares por ano ao longo de dez anos, captado pela comunidade internacional. Este dinheiro seria administrado por uma comissão fiscalizada pelo Programa de Desenvolvimento das Nações Unidas (Pnud) com a intenção de investi-lo em programas sociais, de energia renovável, reflorestamento ou eficiência energética. Desde que foi lançada, a iniciativa foi tratada de modo contraditório por Correa e mesmo a assinatura do protocolo entre o governo equatoriano e o Pnud em agosto de 2010 não dissipou as dúvidas sobre a firmeza de propósito do presidente.[5]

A análise das determinações históricas envolvidas na iniciativa *Yasuní ITT* sintetiza os termos do dilema civilizatório colocado para o Equador e para a América Latina no século XXI. Em sua essência, trata-se de uma tentativa de buscar alianças internas e externas visando subordinar a lógica de negócio do capital internacional em sua articulação com o subdesenvolvimento a uma proposta de desenvolvimento alternativo, consonante com os ensejos de preservação do meio ambiente e de integração da população afetada.

Em termos ideológicos, a iniciativa *Yasuní ITT* está assentada nas premissas de que é possível disciplinar o movimento do capital mundial a desígnios ecológicos e subordinar o extrativismo na periferia a um projeto de integração nacional, apontando para um paradigma

---

5 Os defensores da proposta temem que o governo não invista esforços em captar recursos e a iniciativa seja arquivada como inviável. Ver Acosta (2010).

civilizatório alternativo nos marcos do capitalismo. Em uma palavra, supõe a possibilidade de dotar a reprodução capitalista de uma racionalidade ambiental no centro e integradora na periferia, conciliando capitalismo e ecologia no plano mundial e capitalismo e formação nacional na América Latina.

Esta racionalidade alternativa está alicerçada em um paradigma de modernidade que não seja "antropocêntrico", no sentido de incorporar a preocupação ecológica como condição da reprodução humana, nem "desenvolvimentista", na medida em que aponta para um padrão civilizatório que não está centrado no desenvolvimento das forças produtivas.[6] Em suma, em sintonia com a constituição equatoriana e o ideário do *Sumak Kawsay*, prevê outro padrão de relação do homem com a natureza e com a riqueza nos marcos do mesmo modo de produção.

A utopia de subordinar o capitalismo a qualquer racionalidade exterior ao seu movimento revelou-se ilusória ao longo do século XX. Enquanto no centro engendraram-se fenômenos como o fascismo, duas guerras mundiais, a corrida armamentista e o fundamentalismo estadunidense, na periferia revoluções e contrarrevoluções explicitaram os constrangimentos para a superação do subdesenvolvimento. No campo ecológico, a impotência dos recentes fóruns internacionais face à intransigência da maior economia mundial evidenciou a inocuidade de disciplinar a devastação ambiental no quadro das relações interestatais contemporâneas.

Aceitando-se a impossibilidade de uma saída efetiva para a crítica situação ecológica do planeta nos marcos do capitalismo, o êxito da iniciativa *Yasuní ITT*, por louvável que seja, aparece atrelada ao seu potencial para tornar-se funcional ao governo equatoriano e à comunidade internacional. Isto significa que o papel ideológico da proposta deve compensar o sacrifício da sua realização econômica sem ameaçar a racionalidade em que está inscrita. Em outras palavras, sua possibilidade de sucesso está relacionada a sua potencial irrelevância para o capital internacional, à maneira como uma empresa

[6] Consultar a respeito Gudynas (2010, p. 61-82).

planta uma árvore ou doa um agasalho em busca de uma imagem que absolve a exploração da natureza e do trabalho que segue realizando. No entanto, se considerarmos a rigidez do padrão de dominação econômica e ideológica que caracteriza o imperialismo, qualquer fissura parece improvável.

Em sua articulação interna, a iniciativa *Yasuní-ITT* aponta para a superação do padrão econômico extrativista, subordinando os negócios internacionais aos anseios e necessidades da população equatoriana nos marcos do *Sumak Kawsay*. Encarada de uma perspectiva história, a realização deste ideário identifica-se com a superação do legado colonial e a conclusão da formação nacional, o que coloca em toda extensão as suas dificuldades.

No plano externo apoia-se na solidariedade internacional com a causa ecológica, que não se identifica com o estímulo para a superação do subdesenvolvimento em um contexto de hegemonia do modo de produção capitalista. Internamente, o papel fundamental das receitas petroleiras para o orçamento do estado e a sustentação da sua política social inibe qualquer alternativa que sacrifique este ingresso e pelo contrário, pressiona a ação estatal no sentido de aprofundar a exploração dos recursos naturais. Neste sentido, a confluência entre questão ecológica e formação nacional resultante da convergência entre indígenas, camponeses e ambientalistas em torno a um projeto nacional que aponta para uma visão de modernidade alternativa, coloca este arco social em oposição simultânea aos interesses do capital internacional e à racionalidade do estado equatoriano.

Nesta perspectiva, a iniciativa *Yasuní ITT* mostra-se como uma tentativa de contornar o problema sem resolver a contradição fundamental. A estratégia é buscar uma aliança com a causa ecológica internacional para trazer o estado equatoriano para o lado do *Sumak Kawsay* elidindo o conflito ao substituir a receita petroleira por outra. Mesmo o sucesso da proposta não significa, como reconhecem os seus defensores, que o governo altere a orientação extrativista da sua política em outros casos. Na impossibilidade de uma iniciativa similar que englobe o conjunto dos recursos naturais do país, a disputa pela

orientação do estado implica subordinar o negócio exportador aos desígnios da nação, desafio comum aos países do continente. Na medida em que este projeto emerge no Equador como portador de um ideal humanista antagônico à mercantilização das relações sociais, o dilema vivido no país emerge em toda a sua extensão: a convergência do problema da formação nacional, da questão ecológica e do ideário de relações humanas não mercantis coloca em questão o padrão civilizatório do continente como uma totalidade. Neste contexto, levanta-se a pergunta: qual o lugar desta utopia no mundo do imperialismo, do capitalismo e da luta de classes?

Referências bibliográficas

ACOSTA, Alberto. *Breve História Econômica do Equador.* Brasília: Funag, 2006.

_____. *La Maldición de la abundancia.* Quito: Abya Yala, 2009a.

_____. (org). Análisis de coyuntura política, económica y social del Ecuador. 2009b. Disponível em: http://www.fes-ecuador.org/media/pdf/coyuntura_2009.pdf. Acesso em: 26 ago. 2010.

_____. La firma del fideicomiso para la Iniciativa Yasuní-ITT. Disponível em: http://alainet.org. Acesso em 26 ago. 2010.

ACOSTA, Alberto; OLIVARES, Susana e VILLAMAR, David. El aporte de las remesas a la economía ecuatoriana. *La Insignia*, set. de 2006.

BÁEZ, René (*et al.*). *Ecuador pasado y presente.* Quito: Libresa, 1995.

BATISTA, Genaro. Represión a los shuar. *Memoria*, 2011. Disponível em: http://www.revistamemoria.com/noticia.php?id=79. Acesso em: 9 mar. 2011.

CORREA, Rafael. *Ecuador: de Banana Republic a la no republica.* Bogotá: Random House Mondadori, 2009.

CUEVA, Augustín. Ecuador: 1925-1975. In: CASANOVA, Pablo G. *América Latina: historia de medio siglo.* México: Siglo XXI, 1984.

DÁVALOS, Pablo. Reflexiones sobre el sumak kawsay (el buen vivir) y las teorías del desarrollo. Ago. 2008. Disponível em: http://alainet.org/active/25617&lang=es. Acesso em: 26 ago. 2010.

EGUEZ, Alejandro. Las remesas de emigrantes en Ecuador tras la dolarización. *Observatorio de la Economía Latinoamericana*, 2001. Disponível em: http://www.eumed.net/cursecon/ecolat/ec/. Acesso em: 9 mar. 2011.

GUARANDA, Wilton Guaranda. Diagnóstico legal de la minería en el Ecuador. *Boletim da INREDH*. Disponível em: http://www.inredh.org/index.php?option=com_content&view=article&id=242%3Adiagnostico-legal-de-la-mineria-en-el-ecuador&Itemid=126. Acesso em: 9 mar. 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Si eres tan progresista por qué destruyes la naturaleza? Neoextractivismo, izquierda y alternativas. *Debate*, n. 79, p. 61-82, abr. 2010.

HURTADO, Osvaldo. *El poder politico en el Ecuador.* Quito: Letraviva, 1988.

INFORME apresentado em 2009 por organizações indígenas perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Disponível em: http://alainet.org/images/informe_pueblosindigenas.pdf. Acesso em: 26 ago. 2010.

MAIGUASHCA, Juan e NORRTH, Liisa. Orígenes y significado del Velasquismo: lucha de clases y participación política en el Ecuador, *1920-1972.* In: QUINTERO, Rafael. *La Cuestión regional y el poder.* Quito: Corporación Nacional, 1991.

QUINTERO, Rafael (org.) *La Cuestión regional y el poder.* Quito: Nacional, 1991.